

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CODEMGE 2018

Senhores acionistas e demais interessados:

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE apresenta à V. Sas. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O Relatório da Administração encontra-se disponível para consulta em conjunto com as demonstrações financeiras publicadas no site da Companhia (www.codemge.com.br).

BALANÇO PATRIMONIAL					
Em milhares de reais					
Ativo	Notas	Controladora		Passivo	Notas
		2018	Consolidado 2018		
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5	165.076	504.751	Contas a pagar	15
Títulos e valores mobiliários	6	31.301	101.621	Tributos a recolher	16
Contas a receber	7	4.818	177.365	Salários e encargos sociais	17
Dividendos e JCP a receber	9	3.912	5.410	Adiantamentos e cauções recebidas	18
Tributos a recuperar	8	948	8.466	Partes relacionadas	14
Partes relacionadas	14	3.519	3.163	Outras contas a pagar	
Outros ativos circulantes		354	354	Total do passivo circulante	
Total do ativo circulante		209.928	801.130	30.125	456.137
Não circulante				Não circulante	
Realizável a longo prazo				Contas a pagar	15
Títulos e valores mobiliários	6	-	40.294	Adiantamentos e cauções recebidas	18
Tributos a recuperar	8	17.596	21.819	Provisão para contingências	19
Depósitos judiciais	9	11.715	12.776	Partes relacionadas	14
Estoque de imóveis a comercializar	10	31.154	31.154	Total do passivo não circulante	
Outros ativos financeiros	11.1	170.388	207.170	104.767	208.081
		230.853	313.213	Total passivo	134.892
Investimentos	11.2	763.054	211.334	Patrimônio líquido	20
Imobilizado	12	522.586	1.138.381	Capital social	
Intangível	13	24.227	24.246	Reserva de capital	
		1.309.867	1.373.961	Ajustes de avaliação patrimonial	
Total do ativo não circulante		1.540.720	1.687.174	Reservas de lucro	
Total do ativo		1.750.648	2.488.304	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	
				controladores	
				Participação dos não controladores	
				Total do patrimônio líquido	
				1.615.756	1.615.756
				Total do passivo e patrimônio líquido	
				1.750.648	2.488.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
PERÍODO ONZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação			
	Notas	Controladora	
		2018	Consolidado 2018
Receita líquida	21	38.987	895.549
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	21	(11.901)	(11.901)
Lucro bruto		27.086	883.648
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(185.127)	(192.468)
Gastos com convênios	23	(82.942)	(83.016)
Resultado com participações societárias	11.2	601.934	(15.933)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(15.959)	(12.594)
Lucro antes do resultado financeiro		317.906	(304.011)
Resultado financeiro		344.992	579.637
Receitas financeiras	25	16.346	36.561
Despesas financeiras	25	(20.131)	(9.143)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		341.207	607.055
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	26	-	(4.200)
Lucro do período		341.207	602.855
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			341.207
Participação dos não controladores			261.648
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação)			602.855
Lucro básico e diluído por ação	27		1.803,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
PERÍODO ONZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO								
Em milhares de Reais								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
			Reserva legal	Reserva de lucros				
Em 31 de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão dos ativos da CODEMIG	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	-
Saldo inicial após cisão	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	341.207	341.207	261.648	602.855
Outros resultados abrangentes								
Perda de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	-	-	(7.368)	-	-	(7.368)	-	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas	-	-	(2.999)	-	-	(2.999)	-	(2.999)
Realização de ganho na variação do percentual de controle de controlada	-	-	(621)	-	-	(621)	-	(621)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(10.988)	-	341.207	330.219	261.648	591.867
Outras mutações no patrimônio líquido								
Aumento de capital	62	-	-	-	-	62	-	62
Ágio na emissão de ações	-	580.943	-	-	-	580.943	-	580.943
Redução de capital	(81.539)	-	-	-	-	(81.539)	-	(81.539)
Efeitos na participação dos não controladores na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	193.104	193.104	
Liquidação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(287)	(287)	
Constituição de reservas	-	-	-	17.060	87.131	(104.191)	-	-
Dividendos constituídos e pagos	-	-	-	(309.444)	(237.016)	(546.460)	(246.135)	(792.595)
Em 31 de dezembro de 2018	875.395	580.943	1.923	62.996	94.499	-	1.615.756	208.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
PERÍODO ONZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de Reais			
	Notas	Controladora	
		2018	Consolidado 2018
Lucro líquido do período		341.207	602.855
Realização de ganho na variação do percentual de controle de controlada		(621)	(621)
Perda de valor justo	11.1	-	(4.858)
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		-	1.652
Perda de valor justo de investimentos avaliados a VJORA	11.1	(7.368)	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	11.2	(2.999)	207
Resultado abrangente total do período		330.219	591.867
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			330.219
Participação dos não controladores			261.648
			591.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Companhia" ou "Codemge") é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais ("Governo de MG") resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG ("Codemig"). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e da Codemge Participações - CODEPAR ("Codepar") e este conglomerado de participações correspondem ao Grupo Econômico da Codemge ("Grupo"), a qual está apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para efeito da leitura dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a criação da Codemge deve ser considerada uma reorganização societária da Codemig e de suas atividades. Da mesma maneira, a aquisição de ações, e consequentemente de controle da Codemig, deve ser lida sob a ótica de combinação de negócios sob controle comum, sendo assim tal transação não gerou qualquer efeito de resultado, geração de ágio ou alteração de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações como um todo, inclusive na demonstração dos fluxos de caixa.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital da Codemig objetiva diversificar o seu capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum. A partir desse interesse, objetivando um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações - IPO (sigla em inglês para "Initial Public Offer"), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial ("Cisão"), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
PERÍODO ONZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO					
Em milhares de Reais					
	Controladora		Controladora		
	2018	Consolidado 2018	2018	Consolidado 2018	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período	341.207	602.855			
Ajuste de:					
Depreciação e amortização	10.741	12.802			
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(1.440)	(2.981)			
Provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	4.128	4.785			
Reversão de provisão para litígios	(502)	(622)			
Receitas financeiras	(9.424)	(13.996)			
Despesas financeiras	18.452	7.057			
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	38.111	38.198			
Resultado de equivalência patrimonial	(601.934)	15.933			
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados		669			
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(120)	9.568			
Ajustes de capital de giro					
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(28.897)	50.368			
Aumento no contas a receber	(982)	(95.276)			
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	(47)	(2.030)			
Aumento de estoque de imóveis	(605)	(605)			
Redução / (aumento) de depósitos judiciais	115	(17)			
Redução de partes relacionadas	213.090	14.829			
(Aumento) / redução de outros ativos	(187)	1.106			
Redução / (aumento) no contas a pagar	(15.865)	410.487			
Aumento dos tributos a recolher	3.277	8.380			
Aumento de salários e encargos sociais	2.066	340			
Aumento de adiantamentos de clientes	21	48.054			
Aumento de outras contas a pagar	916	877			
Dividendos recebidos	574.348	5.247			
Juros pagos	-	(4.720)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(359)			
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	547.138	1.110.280			
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte em aplicações financeiras			-	(54.250)	
Resgate de aplicações financeiras			-	66.128	
Aquisição de imobilizado			(43.734)	(43.734)	
Custos de desenvolvimento			(3.893)	(3.893)	
Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software			(2.396)	(2.402)	
Aquisição de investimento em coligadas			-	(81.613)	
Aporte de capital em controladas e coligadas			(106.253)	(1.040)	
Aporte em fundos de investimento			-	(30.258)	
Extinção de investida			-	(2.685)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(156.276)	(153.747)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias			320.661	320.661	
Amortização do principal das debêntures			-	(325.990)	
Dividendos distribuídos			(546.447)	(792.582)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(225.786)	(797.911)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido			165.076	158.622	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de janeiro (nota 1)			-	346.129	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			165.076	504.751	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido			165.076	158.622	

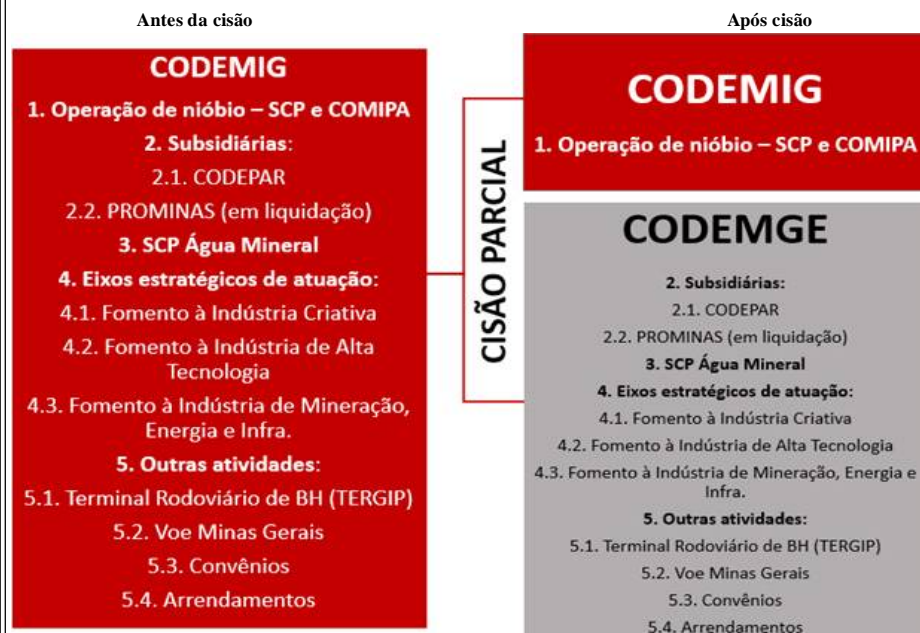
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional (continuação...)

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge (continuação...)

A seguir, resumo dos negócios que serão geridos por cada uma das empresas resultantes da cisão:



CISÃO PARCIAL

A partir da cisão, a Codemig terá como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1.(c)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intermediários ou intercalares mensais, por deliberação do Conselho de Administração. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementadamente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovado pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018). O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

Ativo	31/01/2018	Passivo	31/01/2018
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.767	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
Total do ativo circulante	137.291	Total do passivo circulante	34.247
Não circulante		Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	14.941	Contas a pagar	4.180
Depósitos judiciais	16.200	Provisão para contingências	3.423
Estoque de imóveis a comercializar	30.707	Partes relacionadas	98.109
Outros ativos financeiros	177.756	Total do passivo não circulante	105.712
Partes relacionadas	97.180	Patrimônio líquido	
Investimentos	186.793	Capital social	956.872
Imobilizado	793.204	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
Intangível	18.418	Reservas de lucro	362.748
Total do ativo não circulante	1.335.199	Total do patrimônio líquido	1.332.531
Total do ativo	1.472.490	Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.490

Com o resultado das eleições ocorridas em outubro de 2018 que determinaram a troca do representante do Governo de MG, o processo de abertura de capital encontra-se paralisado aguardando avaliação da sua execução pelo novo Governo de MG.

(b) Objeto social

A Codemge tem por objeto social os mesmos objetos da Codemig antes da cisão, quais sejam: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Codemig, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber.

(d) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM (continuação...)

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis e consequentemente renovados por outros 30.

(d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela administração da Companhia em 08 de março de 2019.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Conforme apresentado na nota 1, considerando a criação da Codemge em 31 de janeiro de 2018, essas demonstrações foram elaboradas considerando seu período de existência de 11 meses findos em 31 de dezembro de 2018.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.6.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
 - exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
 - a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.
- Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:
- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
 - direitos originados de acordos contratuais; e
 - os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Investidas	Principal atividade	% participação 2018
Controladas		
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	70
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100

2.2. Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio (goodwill) resulta da aquisição/participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação (continuação...)

2.2. Investimentos (continuação...)

(a) Coligadas (continuação...)

Ágio (continuação...)

Nos períodos apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

<u>Investidas</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>% participação</u>
<u>Controladas</u>		<u>2018</u>
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	70
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100
Coligadas		
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51
IAS – Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16
Arqia – Datora Mobile	Telecomunicações móvel	43
Biotech. Town	Biotecnologia	50
Companhia Brasileira de Lítio – CBL	Mineração de lítio e produção de compostos químicos	33
SCP Água Mineral	Envase e comercialização de água mineral	55
Fundos de investimento		
FIP Aerotec	Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas	90
FIP Seed for Science	Capital semente em biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas e materiais avançados	10

2.3. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(b.1) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

Após a vigência do IFRS 9 / CPC 48, passam a existir três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação de ativos financeiros de acordo com a referida norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 / CPC 48 elimina as categorias antigas do IAS 39 / CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros.

Além disso, o IFRS 9 / CPC 48 substitui o modelo de avaliação de impairment de “perdas incorridas” do IAS 39 / CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. Nos termos da norma vigente, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no modelo de avaliação apresentado pela antiga norma. Em geral, espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do IFRS 9 / CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

(b.2) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de fevereiro de 2018 e incrementaram em R\$132 o PECLD do contas a receber do Grupo e a avaliação do valor justo das ações do BDMG reduziu o valor do instrumento financeiro em R\$7.368. Demais alterações serão apresentadas no decorrer dessas demonstrações.

(b.3) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(b.4) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b.5) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre as áreas de atuação do Grupo, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de impairment do contas a receber junto a CBMM. Para os demais contas a receber, o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retromencionadas registrou um impairment do contas a receber de R\$12.263, dos quais R\$8.885 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.7 (b) e na nota 7.

(b.5) Redução ao valor recuperável (continuação...)

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de impairment do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital do Grupo. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

(i) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(ii) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e Beneficentários.....	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil esta é ajustada de forma prospectiva.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo também é testado anualmente.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação (continuação...)

2.4. Resumo das principais práticas contábeis (continuação...)

(i) Provisões (continuação...)

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pelo Grupo (patrocinador). Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 21.

(l) Tributos sobre a renda

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

2.5. Pronunciamento emitido mas que não estava em vigor em 31 de dezembro de 2018

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o período de onze meses findos em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

2.5. Pronunciamento emitido mas que não estava em vigor em 31 de dezembro de 2018 (continuação...)

(i) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A partir dessa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 / CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações.

A administração avaliou os contratos do Grupo e concluiu que não possui contratos de arrendamento como arrendatária de ativos aplicáveis à nova norma, seja pela referência de materialidade abordada pela norma ou pela extensão dos contratos de arrendamento que possui não ultrapassarem um exercício. Como não ocorreram alterações significativas nas práticas contábeis dos arrendadores, a administração não espera nenhum impacto com a adoção dessa nova norma em suas demonstrações financeiras.

2.6. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e engenheiros do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota 2.4 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$20.142. Vide nota 13.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

(d) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a nota 2.2 (a). A metodologia utilizada para os testes de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada investida.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos do Grupo, foram consideradas premissas específicas relativas aos fluxos operacionais e de investimento de cada uma das empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados, taxas de utilização da capacidade instalada, necessidade de investimentos, oportunidade de otimização, entre outros fatores. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas e iniciativas contidas nos planos de negócios de cada investida.

A expectativa de evolução da receita das investidas é assim apresentada:

Empresas	Variação anual da receita líquida				
	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	122,6%	185,21%	27,1%	11,9%	8,3%
Helibrás	-0,8%	26,3%	16,5%	-4,1%	-8,6%
Arqia	28,4%	108,9%	66,4%	50,3%	37,9%
CBL	8,7%	9,4%	8,2%	6,4%	6,6%

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos.

Empresas	Variação anual dos custos e das despesas				
	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	108,9%	174,3%	21,0%	9,0%	8,9%
Helibrás	-2,4%	20,7%	14,3%	-2,7%	-5,5%
Arqia	16,9%	71,5%	48,6%	44,3%	34,7%
CBL	1,6%	10,4%	8,4%	6,5%	6,4%

A taxa de desconto utilizada foi calculada, entre outros fatores, com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual de cada uma das investidas, bem como a carga tributária aplicável no capital de terceiros. A taxa de desconto real utilizada foi entre de 9,11% e 9,84% a.a.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 5 anos uma vez que este é o período utilizado pelo Grupo para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade sem crescimento real para todas as unidades geradoras de caixa das investidas. Vide nota 11.2.

2.7. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

2.7. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis (continuação...)

(a) Tributos diferidos (continuação...)

A Companhia apresentou no período de onze meses findos em 31 de dezembro de 2018 prejuízo fiscal no valor de R\$ 240.741. Esse prejuízo refere-se ao acumulado dos resultados fiscais da Codemig, que não possui expectativa de lucros tributáveis em um futuro próximo. Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% dos lucros projetados, conforme benefício fiscal vigente, capazes de utilizar os prejuízos fiscais constituídos nesse exercício. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Para conciliação da taxa efetiva dos tributos sobre o lucro, vide nota 26.

Considerando que a Cisão manteve 21,82% do patrimônio da Codemig em 31 de janeiro de 2018, o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Codemig na data base das demonstrações financeiras é de R\$624.818. Caso a Codemig tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 30% dos tributos incidentes sobre os lucros projetados, conforme regra do benefício fiscal vigente. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita do Grupo é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Codemig, enquanto a principal receita da Companhia é advinda da equivalência patrimonial da Codemig, que por sua vez não é tributável pela legislação atual. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, não há expectativa de lucros tributáveis futuros em todas as empresas do Grupo.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 46 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e consequentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de impairment devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de câmbio).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Contas a pagar	4.874	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	3.621	24.394	77.155	-
Adiantamentos e cauções recebidos	2.728	77	-	-
Consolidado				
Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2018				
Contas a pagar	431.434	16.553	32.771	-
Adiantamentos e cauções recebidos	3.509	19.588	88.258	28.810

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados integralmente e tempestivamente.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

(c) Risco cambial

O Grupo possui risco de exposição cambial referente às operações de adiantamentos de receitas mencionadas na nota 18, realizadas pela SCP e atreladas às antecipações de cambiais em lene realizadas. Tais riscos a exposição cambial são acompanhados pela administração do Grupo, que avalia periodicamente os riscos existentes nos passivos atrelados a outras moedas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Participações societárias e outros ativos financeiros (continuação...)
11.1. Outros ativos financeiros (continuação...)

BDMG (continuação...)

Considerando que o custo de reposição é determinado pelo valor de transação, não é adequado considerarmos o valor de patrimônio da ação, pois ele seria insuficiente para a reposição do ativo. Assim reiteramos que o valor de reposição das ações do BDMG possui valor justo, pela abordagem de custo e técnica de custo de reposição, de R\$ 170.388.

Contudo, destacamos que, na ocorrência de um evento, como o de grupamento de ações do BDMG, possivelmente as casas decimais não terão tanta representatividade no preço da ação a ponto de que os eventuais arredondamentos não causem diferenças relevantes, logo a avaliação da ação seria melhor representada por seu valor patrimonial. Essa informação é relevante pois nessa hipótese – do valor das ações serem representadas pelo valor patrimonial – de acordo com os dados de novembro de 2018 do banco, o ativo se desvalorizaria 10% e o valor do ativo seria de R\$153.711. Na hipótese do patrimônio líquido do BDMG ser inferior à R\$1.606.071, é possível que no primeiro aumento de capital a se realizar o valor patrimonial da ação seja arredondado para baixo – R\$0,02. Nesse caso, o valor do ativo atingiria o montante de R\$113.592. Vale ressaltar que qualquer variação do valor justo do ativo, pela opção do Grupo, será registrada em outros resultados abrangentes.

FIP AEROTEC

O AEROTEC – Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo serão responsabilizadas pela Confrap Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

11. Participações societárias e outros ativos financeiros (continuação...)
11.1. Outros ativos financeiros (continuação...)

FIP AEROTEC (continuação...)

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos do Grupo. O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do Administrador/Gestor, por até 5 períodos adicionais de um ano. A Codepar já realizou 12 integralizações de quotas no AEROTEC, totalizando um investimento de aproximadamente R\$47.698, valor equivalente a 34,07% do capital subscrito do fundo. O FIP AEROTEC possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP AEROTEC	140.000	47.698	92.302

Em 31 de dezembro de 2018 o FIP AEROTEC havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/internacional	Integralizado
Altave Holding S.A.	Local	1.500
Flapper Tecnologia S.A.	Local	2.291
Oxis Energy Limited	Internacional	20.002
Cleiver Indústria e Comércio de Produtos Tecnológicos S.A.	Local	1.750
Astro Science do Brasil Pesquisa e Desenvolvimento S.A.	Local	900

11.2. Investimentos em participações societárias

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações materiais em controladas e coligadas do Grupo:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações/quotas		% Participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	360.868	-	70,00%	70,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
CODEPAR	(a) Belo Horizonte	310.696.000	-	100,00%	100,00%	Veículo de investimentos, subsidiária integral da CODEMGE.
Consolidado						
COMIPA (i)	(b) Araxá	187.272.000	20.787.600	50,99%	48,26%	Exploração mineral de nióbio.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Apoio do setor Aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Apoio do setor Aeroespacial.
Arqia Datora (ii)	(b) Nova Lima	412.236	-	42,80%	42,80%	Apoio do setor de telecomunicações sem fio.
Biotech.Town	(b) Nova Lima	1.364.834	-	49,50%	49,50%	Desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
CBL	(b) Divisa Alegre	1.666.667	-	33,33%	33,33%	Exploração mineral e comercial de lítio e produção de compostos químicos e seus co-produtos.

11.2. Investimentos em participações societárias (continuação...)

(i) A Codemig possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, o Grupo entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, e portanto, detém poder sobre esta e é considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

(ii) A Vodafone Brasil alterou sua denominação para Arqia Datora (“Arqia”) pelo fim do contrato de marca junto com a Vodafone UK.

Além dessas participações societárias, o Grupo possui participação de 55% no lucro e 50% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva assumir as atividades da Codeáguas no envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambú e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não foram descritas no quadro acima.

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	Controladora 2018			Total
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	
CODEMIG	486.131	-	-	486.131
CODEPAR	273.645	-	-	273.645
SCP Água Mineral (ii)	1.011	-	-	1.011
Outros investimentos	2.267	-	-	2.267
	763.054	-	-	763.054
Investimentos	Consolidado 2018			Total
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	
SCP Água Mineral	1.011	-	-	1.011
COMIPA	268	-	-	268
IAS (i) (ii)	5.686	14.460	-	20.146
Helibrás (i)	30.794	41.005	-	71.799
Arqia Datora (i) (ii)	2.246	13.266	21.155	36.667
Biotech Town (i) (ii)	701	-	-	701
CBL (i) (ii)	10.466	68.009	-	78.475
Outros investimentos	2.267	-	-	2.267
	53.439	136.740	21.155	211.334

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da SCP Água Mineral, da IAS, da Arqia, da Biotech Town e da CBL, as informações financeiras de 30 de novembro de 2018.

11.2. Investimentos em participações societárias (continuação...)

Composição e movimentação dos investimentos em participações societárias durante o período de onze meses findos em 31 de dezembro de 2018:

Investidas	2017	Cisão	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Extinção de investida	Controladora	
									2018	
CODEMIG (i)	-	-	450.597	610.551	(669)	-	(574.348)	-	486.131	
CODEPAR	-	179.721	104.500	(7.577)	-	(2.999)	-	-	273.645	
CODEAGUAS	-	1.697	(35)	(1.019)	-	-	-	(643)	-	
PROMINAS	-	2.599	748	517	-	(621)	-	(3.243)	-	
SCP Água Mineral	-	1.500	-	(489)	-	-	-	-	1.011	
Outros investimentos	-	1.276	1.040	(49)	-	-	-	-	2.267	
	-	186.793	556.850	601.934	(669)	(3.620)	(574.348)	(3.886)	763.054	
Investidas	2017	Cisão	Aquisição de participação	Equivalência patrimonial do custo patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste pós aquisição de valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Extinção de investida	Consolidado
										2018
CODEAGUAS	-	1.697	(35)	(1.019)	-	-	-	-	(643)	-
PROMINAS	-	2.599	748	517	-	(621)	-	-	(3.243)	-
SCP Água Mineral	-	1.500	-	(489)	-	-	-	-	-	1.011
COMIPA	-	-	318	911	-	-	-	(961)	-	268
IAS	-	20.706	-	(161)	-	-	-	(399)	-	20.146
Helibrás	-	82.763	-	(4.897)	(7.938)	1.541	330	-	-	71.799
Arqia Datora	-	41.127	-	(3.440)	(1.020)	-	-	-	-	36.667
Biotech Town	-	-	1.365	(664)	-	-	-	-	-	701
CBL	-	-	80.248	3.587	(1.271)	-	(123)	(3.966)	-	78.475
Outros investimentos	-	1.276	1.040	(49)	-	-	-	-	-	2.267
	-	151.668	83.684	(5.704)	(10.229)	920	207	(5.326)	(3.886)	211.334

(i) A aquisição de participação na Codemig se deu no aumento de capital do Estado de Minas Gerais na Codemig em fevereiro de 2018, no qual foram integralizadas de ações da Codemig. Vide nota 20 (a).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2. Investimentos em participações societárias (continuação...)

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2018:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Controladas					
CODEMIG	591.859	738.191	430.727	204.863	694.460
CODEPAR	6.484	269.587	2.426	-	273.645
Coligadas					
SCP Água Mineral	2.627	94	699	-	2.022
COMIPA	12.361	87	11.510	412	526
IAS	47.015	26.734	29.630	6.211	37.908
Helibrás	740.098	262.301	613.952	189.890	198.557
Arqja Datora	12.559	42.483	19.864	29.930	5.248
Biotech Town	4.025	1.720	111	4.253	1.381
CBL	22.408	29.805	12.958	3.963	35.292

(b) Informações de resultado do período sob análise

	Receita bruta	Lucros e (prejuízos) do período	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Controladas				
CODEMIG	1.376.207	911.122	(870)	910.252
CODEPAR	4.692	(8.160)	(2.999)	(11.159)
Coligadas				
SCP Água Mineral	1.248	(978)	-	(978)
COMIPA	93.208	1.884	-	1.884
IAS	12.834	(2.492)	-	(2.492)
Helibrás	676.945	(27.342)	4.347	(22.995)
Arqja Datora	32.297	(7.266)	-	(7.266)
Biotech Town	-	(1.375)	-	(1.375)
CBL	102.656	21.706	(373)	21.334

12. Imobilizado

O imobilizado do Grupo se compõe como segue:

	Controladora 2018			
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos	125.491	-	(1.257)	124.234
Prédios e benfeitorias	372.303	(117.910)	(862)	253.531
Equipamentos operacionais	49.404	(32.875)	-	16.529
Imobilizado em andamento	126.312	-	-	126.312
Outros imobilizados	1.980	-	-	1.980
	675.490	(150.785)	(2.119)	522.586
	Consolidado 2018			
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos	465.282	-	(1.257)	464.025
Prédios e benfeitorias	629.090	(121.414)	(862)	506.814
Equipamentos operacionais	72.593	(33.343)	-	39.250
Imobilizado em andamento	126.312	-	-	126.312
Outros imobilizados	1.980	-	-	1.980
	1.295.257	(154.757)	(2.119)	1.138.381

Movimentação do imobilizado:

	Controladora					
	2017	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	Baixas	Transfe-rências
Custo						
Terrenos	-	227.235	-	-	(101.744)	-
Prédios e benfeitorias	-	476.283	-	-	(190.839)	86.859
Equipamentos operacionais	-	78.720	-	1.983	(31.921)	622
Imobilizado em andamento	-	171.427	-	45.579	(1.878)	(88.816)
Outros imobilizados	-	90	-	555	-	1.335
	-	953.755	-	48.117	(326.382)	-
Depreciação						
Prédios e benfeitorias	-	(120.625)	-	(5.203)	7.918	-
Equipamentos operacionais	-	(36.367)	-	(5.058)	8.550	-
	-	(156.992)	-	(10.261)	16.468	-
Impairment	-	(3.559)	-	-	1.440	-
	-	793.204	-	37.856	(308.474)	-
Imobilizado líquido						
	-	793.204	-	37.856	(308.474)	-
		Consolidado				
	2017	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	Baixas	Transfe-rências
Custo						
Terrenos	-	227.235	239.209	-	(1.162)	-
Prédios e benfeitorias	-	476.283	108.243	-	(42.295)	86.859
Equipamentos operacionais	-	79.329	-	1.983	(9.341)	622
Imobilizado em andamento	-	171.427	-	45.579	(1.878)	(88.816)
Outros imobilizados	-	91	-	555	(1)	1.335
	-	954.365	347.452	48.117	(54.677)	-
Depreciação						
Prédios e benfeitorias	-	(120.625)	(1.911)	(6.796)	7.918	-
Equipamentos operacionais	-	(36.368)	-	(5.525)	8.550	-
Outros imobilizados	-	(10)	-	(1)	11	-
	-	(157.003)	(1.911)	(12.322)	16.479	-
Impairment	-	(3.559)	-	-	1.440	-
	-	793.803	345.541	35.795	(36.758)	-
Imobilizado líquido						
	-	793.803	345.541	35.795	(36.758)	-

Conforme Instrumento de retificação e ratificação à Justificação de Cisão Parcial da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, não compuseram a parcela de patrimônio cindido para a Codemig o terreno de 349.000 m² situado no bairro Olhos D'Água, em Belo Horizonte, bem como a fração ideal correspondente a 41,48% do terreno, edificações e benfeitorias do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conjunto arquitetônico que abriga uma sala para concertos sinfônicos, com padrão acústico internacional, e também é sede da Rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão. Em novembro de 2018 a parcela restante de 58,52% do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, foi utilizado pela Codemig para integralizar o aumento de capital da Companhia na Codemig. Esta parcela foi avaliada em R\$ 271.803 naquela data. Portanto a partir de então, a Codemig é detentora exclusiva do ativo.

O Grupo durante o exercício de 2018 fez acordos em processos judiciais de desapropriação de terrenos nos arredores da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais - CAEMG. Como parte dos acordos R\$4.383 registrados em depósitos judiciais foram levantados pelas contrapartes do processo e, consequentemente, o mesmo valor foi adicionado ao imobilizado do Grupo como aquisição de imobilizado em andamento. Sendo assim, nas adições apresentadas no quadro de movimentação acima, deve-se considerar que o montante de R\$4.383 foi adquirido sem desembolso de caixa neste exercício, de modo que tais aquisições foram desconsideradas na elaboração da DFC individual e consolidada destas demonstrações.

13. Intangível

O intangível do Grupo se compõe como segue:

	Controladora 2018			
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	20.143	-	-	20.143
Direitos contratuais	3.793	(648)	-	3.145
Marcas e patentes	245	-	-	245
Softwares	2.074	(1.430)	-	644
Direitos de lavra e jazidas	12.087	(8)	(12.029)	50
	38.342	(2.086)	(12.029)	24.227
	Consolidado 2018			
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	20.142	-	-	20.142
Direitos contratuais	3.793	(648)	-	3.145
Marcas e patentes	252	-	-	252
Softwares	2.074	(1.430)	-	644
Direitos de lavra e jazidas	12.100	(8)	(12.029)	63
	38.361	(2.086)	(12.029)	24.246
	Controladora 2018			
	Cisão	Adições		
Custo				
Custos de desenvolvimento	16.250	3.893	-	20.143
Direitos contratuais	1.644	2.149	-	3.793
Marcas e patentes	215	30	-	245
Softwares	1.857	217	-	2.074
Direitos de lavra e jazidas	12.087	-	-	12.087
	32.053	6.289	-	38.342
Amortização				
Direitos contratuais	(341)	(307)	-	(648)
Softwares	(1.262)	(168)	-	(1.430)
Direitos de lavra e jazidas	(3)	(5)	-	(8)
	(1.606)	(480)	-	(2.086)
Impairment	(12.029)	-	-	(12.029)
Intangível líquido	18.418	5.809	-	24.227
	Consolidado 2018			
	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	
Custo				
Custos de desenvolvimento	16.250	-	3.892	20.142
Direitos contratuais	1.644	-	2.149	3.793
Marcas e patentes	215	-	37	252
Softwares	1.857	-	217	2.074
Direitos de lavra e jazidas	12.087	13	-	12.100
	32.053	13	6.295	38.361
Amortização				
Direitos contratuais	(341)	-	(307)	(648)
Softwares	(1.262)	-	(168)	(1.430)
Direitos de lavra e jazidas	(3)	-	(5)	(8)
	(1.606)	-	(480)	(2.086)
Impairment	(12.029)	-	-	(12.029)
Intangível líquido	18.418	13	5.815	24.246

14. Partes relacionadas

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO 2018	PASSIVO 2018	RECEITA 2018	DESPESA 2018
Grupo econômico				
ESTADO DE MINAS GERAIS				
Circulante				
Ações indenizadas	-	1	-	-
Gastos com convênios (i) (nota 23)	-	-	-	(82.942)
BDMG				
Circulante				
JCP a receber	3.912	-	4.602	-
Não Circulante				
Outros ativos financeiros	170.388	-	-	-
MGI				
Circulante				
Dívidas a pagar	-	3	-	-
Ações indenizadas	-	1	-	-
Controladas				
CODEMIG				
Circulante				
Compartilhamento de custos (ii)	-	-	3.736	-
Contas a receber (iii)	3.519	-	-	-
Contas a pagar (iii)	-	3.621	-	-
Não circulante				
Contas a pagar (iii)	-	101.549	-	-

- (i) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido a cisão parcial mencionada na nota 1 (a), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemig.
- (ii) A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, incluindo folha de pagamentos, observada a praticabilidade, são repassados e ressarcidos pela Codemig mensalmente.
- (iii) Os ativos e passivos mantidos com a Codemig, decorrem da cisão mencionada na nota 1 (a) e saldos advindos da cisão e não realizados ou transações assumidas pela Codemig por conta e ordem da Codemig durante o período de transição das atividades no momento pós-cisão. O principal passivo entre as partes é a parcela do adiantamento de receitas assumido pela Codemig antes da cisão e cindido à Codemig. Como o contrato com a CBMM não foi transferido à Codemig, a Codemig criou um ativo contra a Codemig e manteve seu passivo registrado.

(a) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemig.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemig, todos seus membros abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público. Adespeda com remuneração de administradores exclusivos da Codemig em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$228.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Partes relacionadas (continuação...)

(a) Remuneração da administração (continuação...)

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Codemig e da Codemge durante o período de onze meses findos em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$6.194.

(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas

Durante o processo de cisão da Codemig que culminou na criação da Codemge, nota 1 (a), diversos compromissos surgiram em nome da nova empresa cindida. Em face disto, a Codemig operacionalizou por meio de seu caixa diversos compromissos da Codemge que, posteriormente serão objeto de acerto de contas entre as empresas. O acerto de contas deverá ser realizado por compensação de dividendos a distribuir ou pagamento em caixa pela Codemig, de acordo com o saldo. Os saldos transacionados no exercício foram os abaixo:

	Períodos de 11 meses findo em
	31/12/2018
(i) Recebimento de T&VM advindos da cisão	130.767
(ii) Recebimento de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão	67.850
(iii) Contas a receber da MGI advindo da cisão	17.992
(iv) Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge em aberto	(3.519)
Total	213.090

- (i) Tendo em vista a inexistência jurídica da Codemge em 31 de janeiro de 2018, até a criação de seu CNPJ e posteriormente contas bancárias, a Codemig reteve os títulos e valores mobiliários cedidos, e em seguida o repasso à Codemge;
- (ii) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão;
- (iii) Recebimento da venda de ações do BDMG à MGI;
- (iv) A Codemge, como parte de seu processo de cisão, se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, considerando seu período de adaptação e regularização fiscal, legal e operacional. Além disso, a Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Os saldos em aberto entre partes relacionadas, serão liquidados em janeiro do exercício subsequente.

15. Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
IRPJ / CSLL- SCP (i)	-	416.586
Valores a pagar SCP (ii)	-	9.975
Valores a ressarcir a SCP (iii)	-	49.324
Fornecedores nacionais	4.874	4.873
	4.874	480.758
Circulante	4.874	431.434
Não circulante	-	49.324
	4.874	480.758

- (i) Corresponde aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à fazenda federal.

- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal, conforme disposições de sua Escritura Pública de constituição. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no balanço da SCP, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes compensação em resultados futuros da SCP.

- (iii) Conforme acordos e pela interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP que a Codemig arcaria com os custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela SCP, independentemente de participar das antecipações de lucro demonstradas na nota 18. Contudo, considerando o efeito econômico do seu registro, o resultado das variações cambiais só seriam descontadas da participação da Codemig na data da sua efetiva realização, em formato similar ao regime de caixa. Sendo assim, a Codemig, para refletir o ativo ou passivo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo, passou a registrar sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e o realiza no momento em que a dívida for amortizada pela SCP, quando será deduzida ou incrementada à sua participação a variação cambial final da operação.

16. Tributos a recolher

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
PIS e COFINS	793	1.239
IRPJ e CSLL	-	2.498
Imposto sobre mercadorias e serviços	1.481	1.582
Impostos e contribuições retidas de terceiros	540	540
Impostos e contribuições retidas sobre salários	1.457	1.457
Outros	-	-
	4.269	7.316

17. Salários e encargos sociais

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
INSS	2.494	2.500
FGTS	746	746
Férias e 13º salário	5.654	5.654
Participação nos lucros e resultados (PLR)	3.823	3.823
Outros	836	836
	13.553	13.559

18. Adiantamentos e caucões recebidos

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Adiantamento de receitas - SCP (i)	-	136.579
Adiantamento de clientes e caucões recebidas (ii)	2.805	2.825
	2.805	139.404
Circulante	2.728	2.748
Não circulante	77	136.656
	2.805	139.404

- (i) A Codemig, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar das operações de adiantamento de contrato de exportação realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP, sendo o saldo de adiantamentos recebidos derivado das operações na qual houve concordância da Codemig em participar. Do valor em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$39.022 em 2016 e R\$48.018 em 2018 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, entre 2020 e 2021 na segunda operação e entre 2023 e 2024 na terceira operação.
- Tais adiantamentos foram realizados em reais pela CBMM, mas são vinculados às antecipações de cambiais em moeda estrangeira (iene) e serão quitados através da vinculação do cambial com a entrega de mercadoria para o mercado na moeda transacionada. Os custos deste financiamento são cobrados diretamente no resultado da SCP no momento em que incorrem, junto com os custos das operações que a Codemig não anuiu em participar. Como informado na nota 15 a variação cambial da dívida principal será cobrada apenas na vinculação dos cambiais com a parcela de exportação que amortiza a dívida da SCP.
- Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na nota 1 (a), que o passivo de adiantamento de receitas - SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a pagar de partes relacionadas com a Codemig - nota 14 - no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros.

18. Adiantamentos e caucões recebidos (continuação...)

- (ii) Os adiantamentos de clientes e caucões recebidos decorre do registro de valores recebidos antecipadamente sob a forma de "sinal de reserva" e parcela do "saldo devedores", relativos aos contratos de locação dos auditórios e salas do Minascentro e Expominas Belo Horizonte. A medida que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados. Considerando o arrendamento do Expominas BH e a paralisação do Minascentro, os valores estão sendo devolvidos aos arrendatários.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e caucões por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Por ano de vencimento		
2019	2.728	2.748
2020	77	19.588
2021	-	19.511
2022	-	12.385
2023	-	56.362
2024	-	28.810
	2.805	139.404

19. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Contingências trabalhistas	30	30
Contingências cíveis (i)	1.748	20.708
Contingências tributárias	1.363	1.363
	3.141	22.101

- (i) Do saldo total, R\$18.960 decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que não se movimentou no exercício, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Codemig. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, o Grupo considera tal indenização como uma contingência.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos, no montante de R\$8.411 em 31 de dezembro de 2018, para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Como mencionado acima, exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

A movimentação do capital social no período de onze meses findo em 31 de dezembro de 2018 foi a seguinte:

Evento	Data	Mov. do capital		(-) Capital integralizar		Saldo do capital		Mov. da reserva		(-) Reserva integralizar		Saldo da reserva		Valor total do evento
		a	social	a	social	capital	integralizar	a	integralizar	capital	integralizar			
Cisão parcial	31/01/18	956.872	-	-	956.872	-	-	-	-	-	-	-	-	956.872
Aumento de capital	26/02/18	27	-	-	956.899	260.309	(7)	260.302	-	-	-	260.302	260.329	
Aumento de capital	26/03/18	8	(6)	-	956.900	70.001	(1)	330.302	-	-	-	330.302	70.001	
Reclassificação	30/06/18	-	(3)	-	956.897	-	3	330.305	-	-	-	330.305	-	
Aumento de capital	06/07/18	27	-	-	956.928	250.634	(56.658)	524.278	-	-	-	524.278	194.003	
Integralização	08/10/18	-	-	-	956.928	-	41.522	565.800	-	-	-	565.800	41.522	
Integralização	09/10/18	-	-	-	956.928	-	15.139	580.939	-	-	-	580.939	15.139	
Redução de capital	30/11/18	(81.539)	-	-	875.388	-	-	580.939	-	-	-	580.939	(81.539)	
Integralização	30/11/18	-	6	-	875.394	-	-	580.939	-	-	-	580.939	6	
Integralização	26/12/18	-	1	-	875.395	-	4	580.943	-	-	-	580.943	4	

Como parte da parcela de patrimônio vertida a Codemge na cisão parcial da Codemig, referenciada na nota 1, a Codemge iniciou suas operações com um capital social de R\$956.872. Considerando sua incapacidade de manutenção de atividades apenas com seu resultado operacional, e como parte do plano de cisão, o Estado de Minas Gerais aumentou o capital social da Companhia e aportou, em fevereiro de 2018, 99.929 ações da Codemig a qual dariam direito à Codemge de controlar a investida e receber 70% da distribuição de seus dividendos intercalares, mantendo, portanto, sua capacidade de continuidade operacional. Tais ações tinham valor avaliado em R\$260.331. Tal operação teve como ágio na emissão das ações o montante de R\$260.309, registrado na sua reserva de capital.

Em março de 2018, o Estado realizou aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 70.009, integralizado com caixa, o qual teve como ágio na emissão de suas ações R\$ 70.001. Entre os meses de abril e junho de 2018 foram realizados, pelo Estado de Minas Gerais, adiantamentos para futuro aumento de capital na totalidade de R\$194.000. Todos adiantamentos integralizaram o capital aumentado em julho de 2018 em R\$ 250.661. Tal aumento de capital teve como ágio na emissão de ações o montante de R\$250.634.

Em novembro de 2018, o Estado reduziu o capital na Companhia em R\$ 81.539 com o equivalente a 40.099 ações da Codemig. A Codemge continuou controlando a investida dado o aumento de capital efetuado com a parcela de 58,52% do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conforme descrito na nota 12.

(b) Capital autorizado

Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018 a reserva de capital era de R\$580.943 referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social. O ágio ocorreu nos aumentos de capital social realizados em fevereiro, março e julho de 2018. Vide nota 20 (a).

(d) Reservas de lucro

A Companhia recebeu pela cisão de ativos - mencionada na nota 1 (a) - R\$362.748 de reserva de lucros, dos quais R\$45.936 decorrem da reserva legal acumulada pela Codemig ao longo dos anos e R\$316.812 advém de reserva de lucros constituída também pela Codemig. Durante o ano de 2018 esta reserva foi reduzida pela destinação de dividendos intermediários no montante de R\$309.444. Após a apuração do resultado o saldo da conta em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 157.495.

(d.1) Reserva legal

A Companhia possui um saldo de R\$45.936 de reservas legais advindos da cisão. Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social. Sendo assim, foi constituída reserva legal neste exercício de R\$ 17.060. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(d.2) Retenção de lucros

O saldo da reserva de lucros é originário da Cisão realizada da Codemig, na qual foi destinado o saldo de R\$316.812. Posteriormente, parte deste saldo foi destinado para pagamento de dividendos aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Patrimônio líquido (continuação...)

(e) Dividendos

A política de dividendos da Codemig determina a distribuição mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia autorizaram sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração. Em resumo, a distribuição dos dividendos foi a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Dividendos intermediários		
mar/18	70.002	70.002
jul/18	202.665	202.665
nov/18	36.777	36.777
Dividendos intercalares		
jul/18	-	91.338
set/18	-	81.514
out/18	-	24.288
nov/18	237.003	262.531
dez/18	-	23.467
	546.447	792.582

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$1.923 em 31 de dezembro de 2018 demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto pelo impacto dos outros resultados abrangentes da variação do valor justo no reconhecimento inicial da participação no BDMG e pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas (nota 11.2).

21. Receita líquida

	<u>Onze meses findos em</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Receita - SCP (i)	-	852.264
Arrendamentos (ii)	14.688	19.380
Receita com vendas, serviços e locações	27.426	30.635
Receita bruta	42.114	902.279
Impostos	(3.127)	(6.730)
Receita líquida	38.987	895.549
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (iii)	(11.901)	(11.901)
	(11.901)	(11.901)
Lucro bruto	27.086	883.648

(i) Considerando que a Codemig recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 e 16), apresentamos abaixo a abertura do lucro antes do imposto de renda da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

	<u>Onze meses findos em</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	-	1.306.918
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(454.654)
Receita - SCP	-	852.264

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

(iii) Considerando que as receitas da Codemig na operação da SCP e na administração de bens arrendados à terceiros não incorre em custos, os custos dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados abrange, substancialmente, os custos do serviço de transporte aéreo do programa Voe Minas Gerais.

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>Onze meses findos em</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	(50.887)	(54.830)
Encargos sociais	(11.455)	(11.493)
Serviços de terceiros	(80.811)	(83.393)
Indenizações	(878)	(878)
Publicidade e patrocínio	(9.369)	(9.369)
Eventos e promoções culturais	(12.187)	(12.187)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.431)	(2.092)
Despesas tributárias	(3.482)	(3.538)
Depreciação e amortização	(10.741)	(12.801)
Reversão da perda por redução ao valor recuperável	1.440	1.440
Outras	(3.326)	(3.327)
	(185.127)	(192.468)

23. Gastos com convênios

	<u>Valores desembolsados em</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Valor do convênio</u>	<u>Valor total repassado até 31/12/18</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Convênio 3250 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Divinópolis	3.000	3.000	-	-
Convênio 3528 - COPASA-MG	750	708	628	628
Convênio 3638 - SETOP e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	20.000	20.000	-	-
Convênio 3668 - SETOP-MG e DER-MG	9.500	9.500	4.000	4.000
Convênio 3829 - SETOP-MG e DER-MG	40.300	40.300	-	-
Convênio 3865 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santos Dumont	400	400	-	-
Convênio 3866 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santa Luzia	2.500	2.250	-	-
Convênio 3867 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Itapeva	2.500	2.500	-	-
Convênio 3868 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Unaf	800	800	80	80
Convênio 3869 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ervália	900	900	-	-
Convênio 3870 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Felício dos Santos	300	300	-	-
Convênio 3871 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Viçosa	200	180	-	-
Convênio 3874 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	2.000	200	200
Convênio 3997 - SETOP-MG	11.500	11.500	-	-
Convênio 3998 - SETOP-MG	11.807	10.000	-	-
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG	63.061	61.000	4.200	4.200
Convênio 4037 - SETOP-MG e DER-MG	13.600	13.600	6.600	6.600
Convênio 4095 - COPASA-MG	1.839	1.839	-	-
Convênio 4274 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.165	1.097	-	-
Convênio 4308 - O Parque Tecnológico de Belo Horizonte	400	-	-	-
Convênio 4318 - Instituto Espinhaço	15.715	15.715	6.504	6.504
Convênio 4404 - Centro Francisca Veras	5.877	5.877	2.026	2.026
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA	3.982	2.279	49	49
Convênio 4460 - SETOP-MG e DER-MG	5.708	1.500	-	-
Convênio 4506 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.282	3.282	-	-

23. Gastos com convênios (continuação...)

	<u>Valor do convênio</u>	<u>Valor total repassado até 31/12/18</u>	<u>Valores desembolsados em</u>	
			<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
			<u>2018</u>	<u>2018</u>
Convênio 4510 - Prefeitura de Barroso	61	61	18	18
Convênio 4513 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	500	500	250	250
Convênio 4548 - SETOP-MG	1.500	1.500	-	-
Convênio 4651 - EPAMIG	280	252	148	148
Convênio 4662 - Associação Grupo Dispensores	2.139	2.139	665	665
Convênio 4764 - SEBRAE-MG	16.000	16.000	7.000	7.000
Convênio 4833 - SESI	2.942	2.187	747	747
Convênio 4912 - FEDERAMINAS	1.338	1.338	-	-
Convênio 5171 - PRODEMGE, BDMG, COHAB, MGS, SEPLAG	1.000	1.000	1.000	1.000
Convênio 5192 - SETOP-MG e DEER-MG	3.950	2.500	1.200	1.200
Convênio 5207 - SETOP-MG	2.500	570	-	-
Convênio 5208 - SETOP-MG e DEER-MG	10.000	7.000	-	-
Convênio 5209 - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	1.500	1.500	-	-
Convênio 5256 - Fundação das Artes de Ouro Preto	600	600	-	-
Convênio 5321 - SETOP-MG	16.000	14.072	14.072	14.072
Convênio 5328 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Araxá	4.000	4.000	2.000	2.000
Convênio 5342 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	3.155	1.541	1.541	1.541
Convênio 5403 - EPAMIG	150	150	150	150
Convênio 5418 - FECOMERCIO MG	293	293	293	293
Convênio 5419 - Fundação TV Minas Cultural e Educativa	600	600	600	600
Convênio 5446 - Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	5.000	5.000	5.000	5.000
Convênio 5448 - SETOP-MG e DER-MG	25.000	5.000	5.000	5.000
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	2.000	2.000	2.000
Convênio 5450 - SETOP-MG e DER-MG	600	200	200	200
Convênio 5451 - SETOP-MG e DER-MG	845	200	200	200
Convênio 5453 - SETOP-MG e DER-MG	3.193	500	500	500
Convênio 5454 - Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena	800	400	400	400
Convênio 5455 - Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio	800	400	400	400
Convênio 5456 - Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	752	752	752	752
Convênio 5457 - Prefeitura Municipal de Cristália	800	800	800	800
Convênio 5463 - Prefeitura Municipal de Caratinga	800	400	400	400
Convênio 5468 - Prefeitura Municipal de Betim	2.500	2.500	2.500	2.500
Convênio 10337 - Prefeitura Municipal de Juruaia	400	200	200	200
Convênio 10341 - Centro de Artesanato Mineiro	473	473	473	473
Convênio 10347 - Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	800	400	400	400
Convênio 10348 - Prefeitura Municipal de Campo Belo	800	400	400	400
Convênio 10349 - Prefeitura Municipal de Almenara	800	400	400	400
Convênio 10354 - Prefeitura Municipal de Ipanema	800	400	400	400
Convênio 10360 - Prefeitura Municipal de Manhuaçu	1.500	750	750	750
Convênio 10361 - Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde	7.500	5.250	5.250	5.250
Convênio 10362 - Prefeitura Municipal de Perdões	800	400	400	400
Convênio 10368 - Polícia Militar de Minas Gerais	1.820	220	146	220
Convênio 10372 - FAEMG	2.000	2.000	2.000	2.000
	358.377	297.375	82.942	83.016

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Onze meses findos em</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Parcerias	(8.412)	(8.412)
Recuperações de taxas e despesas (i)	28.289	28.289
Reversão de impairment	-	1.542
Baixa de bens por doação/inutilização (ii)	(38.109)	(38.109)
Ganho na alienação de imobilizado	3.391	3.391
Ganho na aquisição de investimento	-	1.823
Outras	(1.118)	(1.118)
	(15.959)	(12.594)

(i) A Codemig, conforme apresentado na nota 23, celebra convênios com diversos órgãos do governo, sejam eles do governo estadual ou municipal. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemig, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente. Segue abaixo devoluções de principal dos convênios realizadas em 2018:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Convênio 3962 - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais		1.418
Convênio 3997 - SETOP-MG		158
Convênio 3998 - SETOP-MG		11.000
Convênio 3999 - SETOP-MG e DER-MG		2.000
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG		6.113
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA		797
Convênio 4764 - SEBRAE-MG		468
Convênio 4912 - FEDERAMINAS		161
		22.115

(ii) Em julho de 2018 houve a doação do Expominas Teófilo Otoni para a prefeitura local considerando os consecutivos prejuízos do empreendimento. O valor contábil líquido do imóvel estava avaliado no momento da baixa por R\$33.971.

25. Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da variação cambial dos adiantamentos recebidos, conforme nota 15. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas enquanto a operação de adiantamento foi atrelada à moeda japonesa, iene, de maneira que a oscilação do valor do real perante tal moeda impacta diretamente nas receitas ou despesas financeiras.

	<u>Onze meses findos em</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	9.571	25.865
Variação monetária ativa	2.015	2.200
Juros sobre capital próprio	4.602	4.602
Juros debêntures	-	3.736
Outras	158	158
	16.346	36.561
Despesas		
Juros de mora	(872)	(873)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(6.558)
IOF	(323)	(825)
Variação monetária passiva (i)	(18.315)	(250)
Outras	(621)	(637)
	(20.131)	(9.143)
	(3.785)	27.418

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado financeiro (continuação...)

(i) Na cisão a Codemge recebeu um passivo de antecipação de receitas derivado do contrato da Codemig com a SCP juntamente com seus custos financeiros. Como o contrato não foi cindido à Codemge, a Codemge registrou um passivo contra a Codemig. Tal antecipação de receitas está atrelada à antecipação de exportação realizadas pela SCP em iene. Sendo assim, essa linha representa a variação cambial das antecipações registrada no período de 11 meses decorrente da dívida entre Codemig e Codemge.

26. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas, exceto a Codepar e Codemig, apresentaram prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP. Com a cisão, os custos e despesas operacionais das demais atividades da Codemig foram absorvidos pela Codemge, tomando mais provável a possibilidade de apuração de débitos de IRPJ e CSLL sobre os resultados dessa controlada. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Onze meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	341.207	607.055
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(116.010)	(206.399)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	(1.063)	287.482
Resultado com participações societárias	204.658	(5.417)
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	(5.733)	1.120
Ativo diferido não registrado	(81.852)	(80.986)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	(4.200)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(4.200)
Total	-	(4.200)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,00%	-0,69%

27. Lucro por ação
Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	Onze meses findos em
	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	341.207
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	189.191
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1.803,51

28. Eventos subsequentes

(a) Distribuição de dividendos Codemig

Em janeiro de 2019, foi realizada reunião da Diretoria da Codemig onde foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$100.000 lastreados no lucro de 2018. A acionista Codemge, detentora de 252.612 ações, teve direito à R\$70.001 de dividendos.

28. Eventos subsequentes (continuação...)

(b) Contrato de financiamento do projeto de Terras Raras da Codemge

Em fevereiro de 2019 a Codemig e a Codemge assinaram um contrato de financiamento de projeto com a Finep (Financiadora de Inovação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), tendo a Codemge como executora do projeto e a Codemig como financiada. O contrato de financiamento prevê o recebimento pela Codemig de R\$ 130.475 parcelado em conformidade com o cronograma de desembolso do projeto, possui uma carência de 48 meses e será amortizado em 97 parcelas mensais sucessivas. Os encargos financeiros previstos no contrato é de TJLP menos 0,5% ao ano. O projeto financiado é de desenvolvimento de um laboratório-fábrica de ímãs de Terras Raras, iniciado pela Codemig e sucedido pela Codemge após a Cisão. Os demais contratos adjacentes entre as partes ainda não foram firmados, como contrato para regular o repasse do recurso para a Codemge e contratos de garantias exigidos. Considerando que a Codemig não participa mais do projeto, as garantias serão de encargo exclusivo pela Codemge.

(c) Alteração do Diretor-Presidente

Em reunião do Conselho de Administração no dia 08 de março de 2019 a administração decidiu pela destituição de Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco e pela nomeação de Dante de Matos para o cargo de Diretor-Presidente da Codemge, Codemig e Codepar.

DIRETORIA

MARCO ANTÔNIO SOARES DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Diretor-Presidente

JOSÉ RANDOLFO REZENDE SANT'ANA
Diretor Vice-Presidente

FERNANDA MEDEIROS AZEVEDO MACHADO
Diretora de Fomento à Indústria Criativa

RICARDO WAGNER RIGHI DE TOLEDO
Diretor de Fomento à Indústria de Alta Tecnologia

RENATO DE SOUZA COSTA
Diretor de Mineração, Energia e Infraestrutura

WILLER LARRY FURTADO
Diretor de Serviços

RESPONSÁVEL TÉCNICO

GUILHERME TEIXEIRA RÉGIS
CRC MG 109.237/O-6

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTÔNIO SOARES DA CUNHA CASTELLO BRANCO - **Presidente**

CONSELHEIROS

ADÉZIO DE ALMEIDA LIMA
LEDOMIRO BRAGA DA SILVA
MÁRCIO ANTÔNIO FARID
MARCO ANTÔNIO VIANA LEITE
PAULO MIRANDA GONÇALVES
SINARA INÁCIO MEIRELES CHENNA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE

Opinião com ressalva

Examinamos as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Codemge" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se houverem, do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com ressalva", as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota explicativa nº 11, a CODEMGE possui como subsidiária integral a CODEPAR - Codemge Participações, que atua como holding, investindo em fundos de investimentos e diversas participações societárias de entidades com grande potencial estratégico, segundo o entendimento da Companhia. Entre os demais investimentos da CODEPAR, destacamos as participações i) na IAS - Indústria de Avião e Serviços, de R\$ 20,1 milhões, ii) na Helibrás - Helicópteros do Brasil, de R\$ 71,7 milhões, iii) na Arqia - Datora Mobile, de R\$ 36,7 milhões e iv) no FIP Aerotec, de R\$ 47,6 milhões que, dentre outras, foram classificadas por nós como Componentes significativos para fins da nossa auditoria. Para estas participações, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em razão de não termos tido acesso às informações contábeis, à administração e aos auditores destas empresas, para que fosse possível concluirmos quanto a adequação dos investimentos da Codepar e seus reflexos nas demonstrações financeiras da CODEMGE em 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, não foi possível determinar se há necessidade ou não de ajustes a esses valores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

Ênfase

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa 21 que demonstra o elevado grau de dependência da Codemge de receita originária da Sociedade em Conta de Participação mantida entre a Codemig e a CBMM, na exploração de Nióbio. O recurso desta sociedade é essencial para a manutenção das atividades da Codemge, conforme descrito nas Notas explicativas 1) e 23), e da Codemig. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser analisadas nesse contexto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Codemge é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Codemge continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de março de 2019